



**ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES  
E  
CONTAS DO EXERCÍCIO**

**PRAIA-CABO VERDE  
ANO DE 2013**

## **INDICE**

1. Relatório das atividades
2. Demonstrações financeiras do exercício
3. Relatório de auditoria
4. Parecer do conselho fiscal

## **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES**



## **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES**

Caros Colegas  
Contabilistas e Auditores Certificados,

### **1. INTRODUÇÃO**

Apresentamos aos Colegas Associados, Contabilistas e Auditores Certificados, o Relatório das Atividades da OPACC- Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relativo ao ano de 2013

### **2. BREVE APRESENTAÇÃO DA ORDEM**

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa coletiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial, as seguintes:

- (i) superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado, atentos a relevância e o interesse público que as mesmas revestem;
- (ii) definir, difundir, promover e fazer cumprir normas de ética e deontologia e normas técnicas de atuação profissional, tendo em consideração as emanadas da IFAC-International Federation of Accountants (Federação Internacional de Peritos Contabilistas);
- (iii) exercer jurisdição disciplinar sobre os Associados e sobre as sociedades de Auditores Certificados e sociedades de Contabilistas Certificados;
- (iv) representar e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus Associados;
- (v) propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado e aos interesses profissionais e morais dos Associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

### **3. ESTRUTURA E LOGÍSTICA DA ORDEM**

#### **3.1. Órgãos sociais**

A estrutura orgânica da OPACC, conforme definido no Estatuto da Ordem, é a seguinte:

##### *a) O Presidente da Ordem*

O Presidente da Ordem é o órgão singular que tem, em exclusivo, funções de direcção superior da Ordem e de representação desta perante o Estado, outras entidades públicas e privadas e organizações internacionais. Cabe também ao Presidente da Ordem, entre outras, marcar as eleições, conduzir o processo eleitoral e dar posse aos Associados eleitos para os demais órgãos, etc.

##### *b) A Assembleia Geral*

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Ordem, composta por todas as pessoas singulares que estejam certificadas na qualidade de Associados. A Mesa da Assembleia é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e dois secretários. Cabe à Assembleia Geral decidir sobre todas as matérias que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto nomeadamente eleger e destituir os membros dos órgãos da Ordem; aprovar os planos, orçamentos e os relatórios e contas do Conselho Diretivo e os pareceres do Conselho Fiscal; aprovar o código de ética e deontologia profissional e demais regulamentos internos que não estejam abrangidos nas competências do Conselho Diretivo, etc.

##### *c) O Conselho Diretivo*

O Conselho Diretivo é o órgão colegial de administração e gestão da Ordem a nível nacional, sem prejuízo das competências conferidas às Comissões Regionais. O Conselho Diretivo é composto por nove Associados Certificados, dois terços dos quais, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, serão Auditores Certificados e um terço devem pertencer à categoria de Contabilistas Certificados. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo são, por inerência de funções, respetivamente, Presidente e Vice-Presidente da Ordem. Cabe ao Conselho Diretivo, nomeadamente praticar todos os atos próprios de administração e gestão da Ordem a nível nacional; elaborar e/ou aprovar os Regulamentos; exercer a competência residual, deliberando sobre todas as matérias que não se encontrem compreendidas nas competências específicas de outros órgãos da Ordem, etc.

##### *d) As Comissões Regionais do Barlavento e Sotavento*

As Comissões Regionais, no âmbito das respetivas circunscrições territoriais, exercem as funções de órgão colegial de administração da Ordem em estreita coordenação com o Conselho Diretivo. Cabe às Comissões Regionais, entre outras praticar atos próprios de administração e gestão de âmbito e carácter manifestamente regional; proceder à admissão e inscrição dos Associados e ao registo das sociedades de Auditores e Contabilistas Certificados que exerçam a sua atividade e funções na

respetiva circunscrição territorial, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Técnico; organizar os cadastros regionais de Auditores e Contabilistas Certificados e de sociedades de Auditores e de Contabilistas Certificados, remetê - los ao Conselho Diretivo e afixar as listas de âmbito nacional fornecidas por este órgão, etc.

*e) O Conselho Técnico*

O Conselho Técnico é o órgão consultivo e de apoio técnico da Ordem. O Conselho Técnico é composto por cinco membros, pertencendo pelo menos três, de entre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, à categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Técnico, nomeadamente elaborar e propor à aprovação do órgão competente o Código de Ética e Deontologia Profissional, o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames e as normas técnicas de atuação profissional, de Auditoria e de contabilidade, tendo em conta as internacionalmente aceites; emitir parecer sobre os processos de admissão de Associados e de registo de sociedades de Auditores e de Contabilistas Certificados, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários; propor ao Conselho Diretivo a organização ou a promoção de cursos, seminários, conferências e outras iniciativas; organizar e manter uma biblioteca de índole técnica e promover a edição de publicações técnico - profissionais, entre as quais uma Revista de Contabilidade e Auditoria, etc.

*f) O Conselho Disciplinar*

O Conselho Disciplinar é o órgão de jurisdição da Ordem em matéria disciplinar. O Conselho Disciplinar é composto por cinco Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados. O Presidente, o Vice-Presidente e um dos vogais terão necessariamente a categoria profissional de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Disciplinar, nomeadamente averiguar, inquirir e julgar em primeira instância as infrações disciplinares cometidas por Associados; elaborar parecer sobre as reclamações das empresas ou das entidades a quem os Auditores e Contabilistas Certificados prestam serviço sobre assuntos relacionados com o exercício das profissões respetivas; elaborar o projeto de Regulamento Disciplinar, sujeito a aprovação do Conselho Diretivo, etc.

*g) O Conselho Fiscal*

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle da legalidade e da gestão económica e financeira da Ordem. O Conselho Fiscal é composto por três Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados, tendo o Presidente necessariamente a categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Fiscal, entre outras, fiscalizar o cumprimento da lei, do Estatuto, dos regulamentos e das deliberações da Assembleia Geral por todos os órgãos; fiscalizar a gestão da Ordem a todos os níveis; verificar o cumprimento dos planos e orçamentos aprovados; verificar a validade das deliberações tomadas pelos órgãos da Ordem e dar conhecimento ao Presidente da Ordem de situações de nulidade ou anulabilidade; elaborar relatório da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório e contas, etc.



### **3.2. Comissões especializadas**

Foram criadas as seguintes comissões especializadas, no âmbito do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames da OPACC:

- (i) Júri do exame para Contabilista Certificado
- (ii) Júri do exame para Auditor Certificado
- (iii) Comissão de acompanhamento de estágios para Contabilista Certificado
- (iv) Comissão de acompanhamento de estágios para Auditor Certificado
- (v) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Contabilista Certificado
- (vi) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Auditor Certificado

O âmbito das atribuições de cada uma destas comissões especializadas consta do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames da Ordem.

### **3.3. Apoio logístico ao funcionamento**

O apoio logístico ao funcionamento da OPACC vem sendo prestado por uma equipa de colaboradores, de que destacamos os seguintes:

#### *Pessoal contratado*

O quadro de pessoal permanente da OPACC é constituído por um Secretário-geral, uma Secretária executiva e duas Auxiliares operacionais, afetos à Sede Central e à Comissão Regional do Sotavento, e uma Secretária - assistente administrativa, afeta à Comissão Regional do Barlavento.

#### *Prestadores de serviço*

A Ordem vem recorrendo aos serviços de um Contabilista, um Jurista, um Técnico de web e de uma Empresa de informática, em regime de avença, bem como serviços pontuais de assistência na limpeza, manutenção e reparação das instalações e equipamentos associados. Os serviços de entidades congéneres e parceiras e de outras empresas e entidades e de trabalhadores independentes, mormente no âmbito da formação, são utilizados pontualmente, dependendo das necessidades, no âmbito do plano de formação anual.

## **4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013**

### **4.1. Funcionamento dos órgãos sociais**

a) Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões periódicas a nível das Comissões Regionais, para dar andamento aos processos entrados localmente, mormente processos de pedidos de admissão na Ordem, bem como diversas reuniões deliberativas do Conselho Diretivo, para análise do funcionamento da Ordem e tomada de decisões de gestão e outras deliberações pertinentes.

b) Foram realizadas diversas reuniões da Comissão de Acompanhamento de Estágios para Contabilista Certificado, visando a emissão de parecer sobre pedidos de dispensa de estágio, bem como reuniões correntes do Conselho Técnico, para deliberar sobre pedidos de reinscrições de antigos técnicos de contas, inscritos no Ministério das Finanças, pedidos de dispensas de exames e de estágio para Contabilista Certificado, inscrição nos exames para Contabilista e para Auditor Certificado e outras deliberações pertinentes.

c) O Conselho Disciplinar realizou reuniões periódicas para análise da situação disciplinar da Ordem, mormente de queixas e denúncias que começam a surgir, contra associados e sociedades registadas na Ordem, e o Conselho Fiscal também se reuniu para análise do Relatório e Contas de 2012 do Conselho Diretivo e respetivo Relatório de Auditoria, para emissão do correspondente parecer.

#### 4.2. Gestão dos processos entrados na Ordem

Durante o ano de 2013, deram entrada na OPACC diversos requerimentos de Associados e de sociedades de Auditores Certificados e de Contabilistas Certificados, sobre os mais diversos assuntos. O quadro que apresentamos a seguir reflecte a tipologia dos processos entrados na Ordem e a respetiva situação no final do exercício.

Processos Recebidos em 2013					
Tipologia do Processo	CRS	CRB	Total Procº	Despachados	%
Avaliação Situação Académica	1	4	5	0	0%
Inscrição/Registo de Soc. Contab. Certificados	1	0	1	0	0%
Dispensa de Exame Contabilista	29	20	49	49	100%
Dispensa de Exame Auditor	15	0	15	15	100%
Dispensa de Estágio para contabilista Certificado	4	3	7	1	14%
Inscrição Contabilistas Certificados	6	0	6	3	50%
Transição/Reinscrição	7	5	12	12	100%
Cédulas Impressas	171	48	219	219	100%
Pedido de enquadramento de como Auditor	1	0	1	0	0%
Adiamento Exames	1	2	3	3	100%
Inscrição Exames Auditor	10	1	11	11	100%
Inscrição Exames Contabilista Certificado	8	6	14	14	100%
Suspensão Temporária	5	4	9	9	100%
Reinscrições ref. procº entregues nas C. Instaladoras	3	0	3	3	100%
Avaliação Plano Curricular	1	0	1	1	100%
Admissão a Estágio	2	0	2	2	100%
Estágios Concluídos	1	0	1	1	100%
Avaliação Pacto Social Empresa	1	0	1	1	100%
Processos Disciplinares transitados de 2012	2	0	2	0	0%
TOTAIS	269	93	362	344	95%



#### **4.3. Normas e regulamentos elaborados e aprovados**

a) Durante o exercício de 2013, foram aprovados os seguintes regulamentos da OPACC:

- *Regulamento de Funcionamento dos Órgãos Sociais*
- *Regulamento de Desenvolvimento Profissional Contínuo*
- *Regulamento de Seguro de Responsabilidade Profissional*

#### **4.4. Credenciação profissional**

As Cédulas Profissionais têm a validade de um ano, e, normalmente, as Cédulas referentes a um determinado ano tem validade até 31 de Março do ano seguinte. Em 2013 foram solicitadas, a emissão ou renovação de 219 Cédulas Profissionais de Contabilistas e Auditores Certificados.

#### **4.5. Comunicação e imagem**

a) O website da OPACC [www.opacc.cv](http://www.opacc.cv) vem funcionando em pleno com informações atualizadas e notícias sobre os Regulamentos e as Atividades da Ordem, incluindo os concernentes ao processo de admissão, mormente programas e calendário dos exames para Contabilista e para Auditor Certificados, listas de candidatos, enunciados e resultados das provas, etc.

b) Relativamente aos Prémios OPACC, foi entregue o prémio Eng<sup>o</sup> António Lopes Canuto, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, bem como o Prémio Prof. Guilherme Dias Chantre, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Contabilidade das Escolas Técnicas do país, numa cerimónia em que estiveram presentes os Patrocinadores, o Presidente do Conselho Diretivo e o Secretário-geral da Ordem, representantes dos estabelecimentos de ensino e familiares e amigos do premiados. Entretanto, vai-se continuar com a atribuição dos Prémios OPACC, no ano letivo 2013-2014.

c) Foram emitidas e endereçadas aos Associados e sociedades registadas na Ordem, através do seu endereço email, cerca de quarenta e três Circulares versando assuntos como:

- *Retenção de impostos e Código de benefícios fiscais*
- *Projeto de Relatório ROSC A&A Cape Verde do Banco Mundial*
- *Entrega dos Prémios OPACC aos melhores alunos dos cursos de contabilidade e de auditoria*
- *Pagamento de quotas e emissão de Cédulas profissionais*
- *Relatório e contas, Plano de atividades e orçamento, e Código de ética*
- *Convocação da Assembleia Geral*
- *Aprovação dos regulamentos de seguro e de desenvolvimento Profissional Contínuo*
- *Saudações festivas e Mensagem de fim do ano do Presidente*

As circulares estão disponíveis na área privada dos Associados no sítio da Ordem na Internet.

d) Foram publicados no Boletim Oficial o Regulamento de Funcionamento dos Órgãos Sociais, o Regulamento de Seguro de Responsabilidade Profissional, o Regulamento de Desenvolvimento Profissional Contínuo e a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados em situação regular perante a Ordem e em efetivo exercício das funções, portanto, os únicos autorizados a exercer a respetiva profissão de Contabilista Certificado ou Auditor Certificado em todo o território nacional, bem como o Relatório de Atividades de 2012 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2013 no sítio da Ordem na Internet.

e) Foram remetidas cartas a diversas entidades, nomeadamente Ministério das Finanças, UL-Universidade Lusófonas e UM-Universidade do Mindelo, Conselho Federal da Contabilidade do Brasil, vários Bancos, Bastonários das Ordens Cabo-verdianas, etc., solicitando a liquidação da verba do OE destinada à Ordem, colaboração da UL num projeto de reconhecimento das competências dos contabilistas certificados não licenciados, informação sobre o curricula de um curso de contabilidade criado pela UM, convite para alguns dirigentes e quadros do CFC visitarem Cabo Verde, pedido de financiamento bancário parcial para aquisição do espaço para instalar a Academia da OPACC, proposta às restantes Ordens para ser organizado um encontro visando a criação de um Conselho das Ordens cabo-verdianas, respetivamente, etc.

#### **4.6. Relações institucionais**

a) A OPACC remeteu à DGCI e às Repartições de Finanças, Casa do Cidadão, Câmaras de Comércio, Magistraturas Judicial e do Ministério Público e Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados autorizados a exercer atividade em todo o território nacional, solicitando a sua colaboração na verificação do cumprimento da lei, e desta forma defender o interesse público.

b) A pedido do Ministério das Finanças e do Planeamento, a OPACC remeteu a esse Ministério uma lista de questões para serem integrados na Ordem de Trabalhos de um encontro tripartido que deveria ser realizado, incluindo esse Ministério, a DGCI e a OPACC, contudo, o referido encontro não chegou a ser realizado, eventualmente por indisponibilidade de agenda da Sexa. Ministra.

#### **4.7. Relações de cooperação e parceria**

a) Durante o exercício de 2013 a OPACC assinou protocolos de cooperação com as seguintes empresas e instituições:

- Óptica da Praia
- Seguradora IMPAR

b) Através dos referidos protocolos são estabelecidas as áreas de cooperação com as citadas entidades, onde se identifica as possibilidades de se conseguir benefícios mútuos, sendo que, em todas as situações, os membros da OPACC ganham direito à obtenção de descontos na aquisição de produtos e serviços comercializados pelas referidas instituições, e a própria Ordem beneficia das mesmas facilidades.

c) Futuramente, a OPACC deverá continuar o processo de estabelecimento de relações de cooperação e parceria com outras instituições comerciais, que tragam vantagens mútuas para as partes e que beneficiem, particularmente, os membros da Ordem e a própria Ordem, se possível.

#### **4. 8. Relações Internacionais**

a) Em 2013, concretizou-se o encontro entre a OPACC e a OTOC-Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta, de Portugal, e o CFC-Conselho Federal de Contabilidade, do Brasil, onde foi apresentado o projeto de transferência de conhecimentos que aquelas Ordens congêneres pretendem desenvolver com as Ordens dos PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Não foi ainda possível estabelecer contactos com a ONECCA-Ordre National des Experts-Comptables et Comptables Agrées du Sénégal porque os contactos com a Embaixada do Senegal em Cabo Verde resultaram infrutíferos.

b) De realçar que a OPACC foi convidada e esteve representada no XI Congresso dos ROC-Revisores Oficiais de Contas, realizado em Lisboa, nos dias 12 e 13 de Setembro de 2013, no qual o nosso Presidente do Conselho Diretivo foi convidado a dissertar sobre o tema Auditoria e Cooperação Internacional. Nesse congresso houve oportunidade de estabelecer os primeiros contactos com o Presidente da IFAC e também houve contactos com as Ordens irmãs de Angola, Moçambique e São Tomé Príncipe.

#### **4.9. Formação Profissional Contínua**

a) O programa de formação da OPACC, para 2013, previa, e foram realizadas pelo menos cinco ações de formação de preparação aos exames para contabilista certificado. No entanto, não foi possível viabilizar as formações de preparação aos exames para auditor certificado, nem as formações previstas para as ilhas do Sal e S. Vicente, as primeiras, porque não foi possível obter contribuições financeiras que ajudassem à sua viabilização, as outras, por não ter havido inscrições suficientes que permitisse alcançar o break even de receitas e despesas.

b) As formações realizadas foram em geral avaliadas de Muito Bom ou até de Excelente pelos formandos e, ao menos esse facto, transmite uma perspetiva positiva do trabalho realizado pelos formadores selecionados e nos quais devemos continuar a apostar.

#### **4.10. Outras Atividades e/ou Factos Relevantes**

A OPACC, reunidas as condições financeiras necessárias e com recurso a um financiamento bancário parcial, adquiriu um espaço, na Praia, onde se encontra já instalada a Academia da Ordem e por outro lado realizou obras na sede da CRB de modo a criar espaço para uma sala de formação e conferência que pode alojar cerca de 25 participantes, em filas paralelas, ou 14 na disposição em U.

**5. POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO**

A situação económica e financeira da OPACC, no exercício de 2013, evoluiu como esperado, graças à contenção de gastos e ao facto de a Ordem ter recebido, no final de Novembro de 2013, a verba do OE destinado às Ordens Profissionais, o que nos permitiu o equilíbrio da tesouraria. Assim, reportamos as seguintes informações, de forma sintética, expressas em escudos cabo-verdianos:

Total de rendimentos e ganhos do exercício	21.063.699
Total de gastos e perdas do exercício	17.681.059
<b>Superavit do exercício</b>	<b>3.382.640</b>

Os rendimentos correspondem, às quotas e taxas de licença debitadas aos membros da Ordem e às jóias e taxas de registo e outras taxas e emolumentos cobrados, nos termos do Regulamento de Taxas e Emolumentos em vigor, os serviços de formação prestados e a venda de livros técnicos, bem como a reversão das imparidades registadas no exercício anterior, desdobrando-se da seguinte forma:

Propinas de formação	2.158.347
Taxas pagas pelos Associados	11.050.617
Comparticipação do OE	2.450.000
Reversão de Imparidades	4.232.000
Publicidade Institucional	361.750
Venda de livros técnicos	335.800
Juros de aplicações obtidos	65.096
Outros rendimentos	661.939
Descontos e abatimentos	(251.850)
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>21.063.699</b>

Os gastos correspondem, no fundamental, aos gastos de funcionamento da Ordem e aos gastos diretos com a formação profissional e a venda dos livros técnicos, e incluem os gastos com depreciações e imparidades, conforme política adoptada pela OPACC, sendo:

Gastos com inventários vendidos ou consumidos	348.009
Fornecimentos e serviços de terceiros	5.052.724
Gastos com o pessoal	3.450.025
Imparidades de dívidas a receber	6.328.056
Gastos de depreciação e amortização	1.578.342
Outros gastos e perdas	197.926
Juros e perdas similares suportadas	725.977
<b>Total dos gastos</b>	<b>17.681.059</b>

Os fluxos de caixa, no exercício de 2013, sintetizam-se da seguinte forma:

Caixa e bancos no início do exercício	4.529.580
Recebimentos de clientes	10.785.089
Recebimento do Tesouro	2.450.000
Outros recebimentos	426.846
Empréstimo bancário obtido	10.040.455

**Fluxos de caixa positivos 28.231.970**

Pagamentos a fornecedores, pessoal e outros	(9.198.940)
Pagamentos do ativo fixo tangível adquirido	(16.847.409)
Pagamentos de prestações empréstimo obtido	(1.329.904)

**Fluxos de caixa negativos (27.376.253)**

**Caixa e bancos no fim do exercício 855.717**

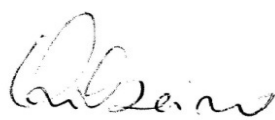
Para melhor compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e das alterações no Património da OPACC, durante o exercício de 2013, remetemos para as demonstrações financeiras do exercício, que complementam este Relatório.

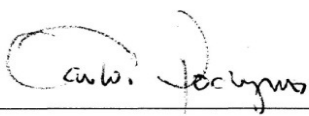
## 6. NOTA FINAL

Em nome dos titulares dos órgãos sociais, dirigimo-nos, finalmente, a todos os membros da OPACC, dizendo-vos que foi um renovado prazer e um grande privilégio desempenharmos, mais um ano, as nossas funções enquanto membros dos órgãos sociais da Ordem Profissional de todos os Auditores Certificados e Contabilistas Certificados cabo-verdianos.

O Conselho Diretivo

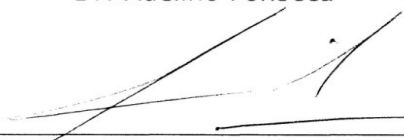
  
Dr. João Mendes

  
Dr. Olívio Ribeiro

  
Dr. Carlos Rodrigues

Dr. Adelino Fonseca

  
Dra. Rosa Pires Ferreira

  
Dr. Aquiles Rodrigues

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO**

**OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**  
**NIF N° 555065502**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013**

Moeda: CVE

RUBRICAS	Data de Referência		
	31/12/2013		31/12/2012
	NOTAS	VALORES	VALORES
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
<b>Activos fixos tangíveis</b>			
Edifícios e Outras Construções		26.721.997	13.633.025
Equipamentos administrativos		3.444.951	1.683.129
Outros activos fixos tangíveis		466.793	40.354
<b>Total de activos fixos tangíveis</b>	<b>3</b>	<b>30.633.741</b>	<b>15.356.508</b>
<b>total do activo não corrente</b>		<b>30.633.741</b>	<b>15.356.508</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	4	146.597	124.935
Clientes/Associados	5	2.834.046	1.580.454
Fornecedores	6	71.500	34.500
Outras contas a receber	7	196.178	579.378
Diferimentos		234.404	13.396
Caixa e depósitos bancários	8	855.717	4.529.580
<b>Total do activo corrente</b>		<b>4.338.442</b>	<b>6.862.243</b>
<b>Total do activo</b>		<b>34.972.183</b>	<b>22.218.751</b>
<b>PATRIMÓNIO E PASSIVO</b>			
<b>Património</b>			
Patrimonio inicial		2.250.697	2.250.697
Resultados transitados		12.128.780	3.135.829
Resultado líquido do período		3.382.640	8.992.951
<b>Total do património</b>	<b>9</b>	<b>17.762.117</b>	<b>14.379.477</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos	10	15.207.768	5.737.501
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>15.207.768</b>	<b>5.737.501</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	168.576	30.413
Adiantamentos de Clientes/Associados		255.983	0
Estado e outros entes públicos	12	3.190	8.873
Financiamentos	10	505.606	539.794
Diferimentos	13	0	159.650
Outras contas a pagar	14	1.068.943	1.363.043
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2.002.298</b>	<b>2.101.773</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>17.210.066</b>	<b>7.839.274</b>
<b>Total do património e do passivo</b>		<b>34.972.183</b>	<b>22.218.751</b>

O Presidente do Conselho Directivo

Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4

**OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**  
**NIF N° 555065502**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2012 e 31 de DEZEMBRO de 2013

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
	2013		2012
	NOTAS	VALORES	
Vendas e Prestações de serviços	15	13.292.914	24.529.073
Subsídios de exploração	16	2.811.750	2.792.000
Gastos com mercadorias vendidas e consumidas	4	-348.009	-488.778
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>15.756.655</b>	<b>26.832.295</b>
Fornecimentos e serviços externos	17	-5.052.724	-13.715.925
<b>Valor acrescentado bruto</b>		<b>10.703.931</b>	<b>13.116.370</b>
Gastos com o pessoal	18	-3.450.025	-2.088.753
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	-2.096.056	-1.040.396
Outros rendimentos e ganhos	20	661.939	529.602
Outros gastos e perdas	21	-197.926	-272.930
<b>Resultado antes depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financº e impostos</b>		<b>5.621.863</b>	<b>10.243.893</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	-1.578.342	-765.782
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.043.521</b>	<b>9.478.111</b>
Juros e ganhos similares obtidos	22	65.096	0
Juros e perdas similares suportados	23	-725.977	-485.160
<b>Resultado líquido do período</b>	24	<b>3.382.640</b>	<b>8.992.951</b>

O Presidente do Conselho Directivo

Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4



**OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**  
**NIF Nº 555065502**

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2012 e 31 de DEZEMBRO de 2013

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
	2013		2012
	Notas	Valores	Valores
<b>Método directo</b>			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de associados e clientes gerais		10.785.089	15.822.935
Pagamentos aos fornecedores		-5.648.107	-14.362.289
Pagamentos ao pessoal		-3.229.550	-2.092.580
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.907.432</b>	<b>-631.934</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Subsídios de Exploração - OGE		2.450.000	2.450.000
Outros patrocínios		361.750	342.000
Outros pagamentos/recebimentos		-321.283	11.503
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>4.397.899</b>	<b>2.171.569</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-16.847.409	-14.337.387
<b>Fluxos de das Actividades de Investimento (2)</b>		<b>-16.847.409</b>	<b>-14.337.387</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		10.040.455	6.000.000
Outras operações de financiamento		0	0
Juros e rendimentos similares		65.096	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-604.363	-593.530
Juros e gastos similares		-725.541	-485.160
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>8.775.647</b>	<b>4.921.310</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)</b>		<b>-3.673.863</b>	<b>-7.244.508</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>4.529.580</b>	<b>11.774.087</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>855.717</b>	<b>4.529.580</b>

O Presidente do Conselho Directivo

Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2013 e 31 de DEZEMBRO de 2013

Moeda: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	PATRIMÓNIO								
		Património inicial	Prestações Suplementares e outros instrumentos de património	Reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do património
<b>POSICÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2013</b>	<b>1</b>	2.250.697						12.128.780		14.379.477
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>										
Resultado líquido do período	9								3.382.640	3.382.640
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no património										
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>								3.382.640	3.382.640
<b>OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO</b>										
Património líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC	9									0
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações relacionadas com o património										
	<b>3</b>	0								0
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>										
	<b>4</b>									
<b>POSICÕES NO FIM DO PÉRIODO 2013</b>	<b>1+2+3+4</b>	2.250.697						12.128.780	3.382.640	17.762.117

O Presidente do Conselho Directivo


Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2012 e 31 de DEZEMBRO de 2012

Moeda: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	PATRIMÓNIO								
		Património inicial	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de património	Reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do património
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	<b>1</b>	2.250.697						3.135.829		5.386.526
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>										
Resultado líquido do período	9								8.992.951	8.992.951
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no património										
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>								8.992.951	8.992.951
<b>OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO</b>										
Património líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC	9									0
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações relacionadas com o património										
	<b>3</b>	0								0
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>										
	<b>4</b>									
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	<b>1+2+3+4</b>	2.250.697						3.135.829	8.992.951	14.379.477

O Presidente do Conselho Directivo

Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4

# **OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**

## **NIF N° 555 065 502**

### **ANEXO**

### **PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2012 E 31/12/2013**

#### **INTRODUÇÃO**

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa colectiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial: superintender em todos os aspectos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor certificado e contabilista certificado; promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho; exercer jurisdição disciplinar sobre os seus membros; e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos mesmos; bem como propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de auditor certificado e de contabilista certificado e aos interesses profissionais e morais dos associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre todo o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

#### **NOTA Nº 0 -REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras são elaboradas, de acordo com o SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, em vigor em Cabo Verde, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro, seguido da Portaria nº 49/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Código de Contas do SNCRF, bem como do Despacho Normativo nº 1/2008 de 29 de Dezembro, que aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF, dos Despachos Normativos nº 2/2008 a 26/2008 de 29 de Dezembro, que aprovam as 25 Normas de Relato Financeiro e do Despacho Normativo nº 27/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Especial para as Pequenas Entidades do SNCRF. São introduzidas ligeiras adaptações, mormente ao Código de Contas e aos Modelos de Demonstrações Financeiras, para fazer face às necessidades de relato da OPACC.

#### **NOTA Nº 1 -RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS**

##### **1.1. Pressupostos básicos**

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Ordem e do regime do acréscimo.

## **1.2. Comparabilidade**

A informação apresentada é comparativa em relação ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas nas demonstrações financeiras.

## **1.3. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico. As exceções na mensuração de ativos e passivos específicos são referidas nas notas respetivas.

### **1.3.1. Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respectivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações do activo fixo tangível contabilizadas como gastos, no exercício, são calculadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de Janeiro de 1984, as quais se ajustam à vida útil estimada, sendo:

▪ Edifícios e outras construções	4%
▪ Equipamento administrativo	12.5% - 25%
▪ Outros ativos fixos tangíveis	33.33%

### **1.3.2. Contas correntes a pagar e a receber**

As contas correntes a pagar e a receber encontram-se mensuradas pelos seguintes critérios:

#### **1.3.2.1. Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas ao justo valor, pelo que deduzidas de eventuais imparidades. No que concerne, particularmente, à conta clientes-associados, sociedades e estagiários, a OPACC adopta a política de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a sua dívida, até o final do sexto mês.

#### **1.3.2.2. Contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### **1.3.3. Inventários**

Os inventários são mensurados, inicialmente, pelo preço de aquisição, que inclui o valor da compra e as despesas adicionais incorridas até que a mesma esteja disponível na sede da Ordem, e os inventários finais são mensurados ao custo médio ponderado.

#### **1.3.4. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são mensurados inicialmente pelo seu valor nominal, e em cada data de relato pelo custo amortizado, sendo apresentado no passivo corrente os montantes a pagar nos próximos 12 meses e no passivo não corrente os montantes com vencimento superior a 12 meses.

#### **1.3.5. Periodizações**

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando gerados e não quando são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "outras contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

#### **1.3.5. Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e sociedades financeiras-descobertos bancários.

#### **1.3.6. Benefícios aos empregados**

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de Abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de Janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A OPACC reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica Outras contas a pagar.

Os trabalhadores da OPACC encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Ordem qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

#### **1.3.7. Património**

São incluídos na rubrica património: o património inicial da OPACC, que se refere ao saldo bancário recebido da Comissão Instaladora; os resultados transitados, que compreendem os superavit e deficit dos exercícios precedentes; e o resultado líquido do período. Este último, no exercício seguinte, é transferido para resultados transitados-superavit acumulados ou resultados transitados-deficit acumulados.

#### **1.3.8. Rédito**

O rédito das vendas e prestações de serviços compreende o justo valor das vendas e prestações de serviços do exercício, líquido de eventuais impostos, descontos e devoluções. É reconhecido com referência à data da entrega dos bens vendidos ou à fase de acabamento

dos serviços prestados. Não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação ou à cobrança dos bens vendidos ou do serviço prestado.

#### **1.4. Gestão de riscos financeiros**

##### **1.4.1. Risco cambial**

O risco cambial é reduzido na medida que (i) existe uma paridade cambial entre o euro e o escudo (ii) as vendas e prestações de serviço são em escudos (iii) os financiamentos obtidos são em escudos (iii) maior percentagem dos gastos é em escudos e menor percentagem em euros e percentagem insignificante noutras moedas.

##### **1.4.2. Risco de taxa de juro**

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Ordem sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “swaps” de taxas de juro.

##### **1.4.3. Risco de crédito**

O risco de crédito é reduzido dado que a Ordem adopta o pagamento a pronto ou antecipado e só excepcionalmente concede crédito.

##### **1.4.4. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é reduzido dado que a Ordem só excepcionalmente recorre a crédito bancário de curto prazo.

#### **NOTA Nº 2 – FLUXOS DE CAIXA**

O saldo da caixa e equivalentes de caixa, que incluem caixa e depósitos bancários, encontram-se totalmente disponíveis para uso. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método directo, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da OPACC.

#### **NOTA Nº 3 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

O detalhe dos valores escriturados das rubricas do activo fixo tangível é o seguinte:

	<b>Edifícios e Outras Construções</b>	<b>Equipamentos Administrativos</b>	<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>				
Valor líquido em 01 /01/13	13.633.025	1.683.129	40.354	15.356.508
Aquisições do exercício (i)	13.923.900	2.392.950	538.725	16.855.575
Abates do exercício	0	0	0	0
Anulação amortizações	0	0	0	0
Depreciação do exercício	(834.928)	(631.128)	(112.286)	(1.578.342)
<b>Valor líquido em 31/12/13</b>	<b>26.721.997</b>	<b>3.444.951</b>	<b>466.793</b>	<b>30.633.741</b>

	<b>Edifícios e Outras Construções</b>	<b>Equipamentos Administrativos</b>	<b>Outros ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>				
Valor de aquisição	27.835.150	5.003.146	619.525	33.457.821
Abates do exercício	0	0	0	0
Anulação amortizações	0	0	0	0
Depreciação acumulada	(1.113.153)	(1.558.195)	(152.732)	(2.824.080)
<b>Valor líquido em 31/12/13</b>	<b>26.721.997</b>	<b>3.444.951</b>	<b>466.793</b>	<b>30.633.741</b>

(i) As aquisições em 2013 referem-se à compra de: espaço para a Academia da OPACC, no valor de 13.923.900; equipamentos para a Academia, no valor de 2.134.448; equipamentos para a sede e Comissão Regional Sotavento, no valor de 258.502; mobiliários para residência do Secretário-geral, no valor de 499.003; e placas de identificação, totalizando 39.722.

	<b>Edifícios e Outras Construções</b>	<b>Equipamentos Administrativos</b>	<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>				
Valor líquido em 01 /01/12	0	1.745.035	39.869	1.784.904
Aquisições do exercício (i)	13.911.250	405.136	21.000	14.337.386
Abates do exercício	0	0	0	0
Anulação amortizações	0	0	0	0
Depreciação do exercício	(278.225)	(467.042)	(20.515)	(765.782)
<b>Valor líquido em 31/12/12</b>	<b>13.633.025</b>	<b>1.683.129</b>	<b>40.354</b>	<b>15.356.508</b>

	<b>Edifícios e Outras Construções</b>	<b>Equipamentos Administrativos</b>	<b>Outros ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>				
Valor de aquisição (i)	13.911.250	2.610.196	80.800	16.602.246
Abates do exercício	0	0	0	0
Anulação amortizações	0	0	0	0
Depreciação acumulada	(278.225)	(927.067)	(40.446)	(1.245.738)
<b>Valor líquido em 31/12/12</b>	<b>13.633.025</b>	<b>1.683.129</b>	<b>40.354</b>	<b>15.356.508</b>

(i) As aquisições em 2012 referem-se à compra de: espaço para a sede central e da Comissão Regional do Sotavento, no valor de 13.911.250; dois computadores, uma impressora, dois aparelhos de ar condicionado e uma fotocopiadora, totalizando 405.136; e um letreiro para o escritório da Comissão Regional de Barlavento no valor de 21.000.

#### **NOTA Nº 4 – INVENTÁRIOS**

O detalhe do valor escriturado da rubrica existências é apresentado no quadro seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Stock inicial	124.935	87.723
Compras (i)	369.671	525.990
Stock final	(146.597)	(124.935)
<b>Gastos com inventário vendido e consumido</b>	<b>348.009</b>	<b>488.778</b>

(i) Refere-se a aquisição de livros de contabilidade financeira, para venda aos Associados.



## NOTA Nº 5 – CLIENTES

O detalhe do valor escriturado da rubrica clientes é apresentado no quadro seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Clientes Gerais - C/C	662.788	
Associados-auditores certificados	400.700	207.700
Associados-contabilistas certificados	7.462.964	5.132.004
Associados-sociedades de auditores certificados	1.750	14.250
Associados-sociedades de contabilistas certificados	483.900	308.500
Perdas por imparidades	(6.178.056)	(4.082.000)
	<b>2.834.046</b>	<b>1.580.454</b>

## NOTA Nº 6 – FORNECEDORES

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores do activo do balanço, é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caução renda de residência – CRS	37.000	0
Caução renda do escritório – CRB	31.500	31.500
Caução garrações de água – Tecnicil Indústria	3.000	3.000
	<b>71.500</b>	<b>34.500</b>

## NOTA Nº 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a receber é apresentado a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo + Lda	45.000	95.000
ARE – Agência Regulação Económica	0	30.000
Câmara Municipal São Salvador do Mundo	150.000	150.000
Maria Conceição Mendes Landim	16.500	27.500
Edna Cristina Fortes Melício	0	7.500
Carlos Alberto Ramos Oliveira	0	25.000
Nádia Simone Delgado Cândida	0	30.000
Neusa Gomes Lima	0	25.000
João Emanuel Brito de Pina	76.878	76.878
Rogério dos Santos Barbosa	0	87.500
José Jorge B. Oliveira	0	19.000
César Napoleão	0	14.000
Luís Caetano	12.500	100.000
Sandra Helena Ascensão Rodrigues	12.000	12.000
Banco BAI	0	30.000
Outros devedores	33.300	600
Imparidades	(150.000)	(150.000)
	<b>196.178</b>	<b>579.378</b>

## NOTA Nº 8 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica caixa e depósitos bancários é apresentado no quadro seguinte:

	2013	2012
Caixa principal – CRB	0	0
Caixa principal – CRS	0	0
Caixa pequena – CRS	5.000	5.000
Caixa pequena – CRB	5.000	5.000
Deposito a Ordem	845.717	4.519.580
<b>Parcela corrente</b>	<b>855.717</b>	<b>4.529.580</b>

## NOTA Nº 9 – PATRIMÓNIO

O detalhe do valor escriturado da rubrica património é apresentado no quadro seguinte:

	2013	2012
Património inicial (i)	2.250.697	2.250.697
Devolução de taxas inscrição	(0)	(0)
Resultados transitados (ii)	12.128.780	3.135.829
Resultados líquidos do período	3.382.640	8.992.951
	<b>17.762.117</b>	<b>14.379.477</b>

(i) O valor inscrito na conta património inicial refere-se a fundos recebidos da Comissão Instaladora.

(ii) O valor inscrito na rubrica resultados transitados resulta da diferença entre os Superavit acumulados e os deficit acumulados de exercícios anteriores.

## NOTA Nº 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A rubrica financiamentos obtidos apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Financiamento bancário I-BCA (i)	5.737.501	6.277.295
Financiamento bancário II-BCA (ii)	9.975.873	0
Descoberto bancário BCA	0	0,00
<b>Total de financiamento bancário</b>	<b>15.713.374</b>	<b>6.277.295</b>
<b>Parcela não corrente</b>		
Financiamento bancário I-BCA (i)	5.537.587	5.737.501
Financiamento bancário II-BCA (ii)	9.670.181	0
	<b>15.207.768</b>	<b>5.737.501</b>
<b>Parcela corrente</b>		
Financiamento bancário I-BCA (i)	199.914	360.174
Financiamento bancário II-BCA (ii)	305.692	179.620
Descoberto bancário BCA	0	0
	<b>505.606</b>	<b>539.794</b>

(i) O valor do financiamento bancário I refere-se ao remanescente em dívida do empréstimo do Banco Comercial do Atlântico, em 2012, no valor de 6.000.000, ao juro anual de 10,75%,

para financiar a aquisição do espaço da Sede Central e da CRS, a ser amortizado em 180 prestações, garantido por uma hipoteca de primeiro grau sobre o espaço adquirido.

(ii) O valor inscrito na conta financiamento bancário II refere-se ao remanescente em dívida do empréstimo bancário obtido no Banco Comercial do Atlântico, no valor de 10.000.000, a uma taxa de juro anual de 10%, para financiar o espaço da Academia da OPACC, a ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, garantido por uma hipoteca de primeiro grau sobre o espaço adquirido.

#### **NOTA Nº 11 – FORNECEDORES**

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores, do passivo do balanço, é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores c/c – moeda nacional (i)	168.576	30.413
<b>Parcela corrente</b>	<b>168.576</b>	<b>30.413</b>

(i) O valor inscrito nesta rubrica refere-se à dívida que concerne as publicações de regulamentos nos jornais e Boletim Oficial, manutenção de aparelhos de ar condicionado, os consumos de electricidade e água, internet e telefone referente ao mês de Dezembro 2013.

#### **NOTA Nº 12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe do valor escriturado da rubrica estado e outros entes públicos é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
IUR retido a trabalhadores independentes Dez-13	3.190	540
IUR retido nas rendas	0	8.333
	<b>3.190</b>	<b>8.873</b>

#### **NOTA Nº 13- DIFERIMENTOS**

O detalhe do valor escriturado da rubrica diferimentos é apresentado no quadro seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Quotas pagas antecipadamente pelos associados	0	159.650
	<b>0</b>	<b>159.650</b>

#### **NOTA Nº 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a pagar é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Acréscimos por férias, subsídios de férias e encargos (i)	300.521	138.748
Credores por acréscimo de gastos (ii)	362.572	600.000
Outros credores (iii)	405.850	624.295
	<b>1.068.943</b>	<b>1.363.043</b>

(i) O valor da conta acréscimos por férias, subsídios de férias e encargos reflecte a responsabilidade da Ordem com férias do pessoal vencidas e não gozadas até 31/12/2013.

(ii) O valor inscrito na rubrica credores por acréscimo de gastos diz respeito aos Prémios OPACC referente ao ano 2011/12 no valor de 60.000, gastos com serviços de auditoria as contas referente ao exercício de 2013, num montante de 150.000, gastos com deslocação do Secretário-geral da OPACC no valor de 140.000 e os restantes gastos no valor de 12.572 diz respeito aos gastos com electricidade e água da CRB.

(iii) O valor da rubrica outros credores inclui um montante de 356.475 referente aos depósitos não identificados e o remanescente refere-se a saldos de credores diversos.

## NOTA Nº 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica vendas e prestações de serviços compreende as prestações de serviços apresentadas no quadro seguinte:

	2013	2012
<b>Vendas de livros técnicos</b>	<b>335.800</b>	<b>68.500</b>
<b>A Auditores e sociedades de auditores certificados</b>		
Taxas de inscrição e de registo	0	0
Quotas e licenças anuais	818.000	802.000
	<b>818.000</b>	<b>802.000</b>
<b>A Contabilistas e sociedades de contabilistas certificados</b>		
Taxas de inscrição e de registo	225.500	62.500
Quotas e licenças anuais	8.948.700	7.434.750
	<b>9.174.200</b>	<b>7.497.250</b>
<b>A Candidatos e estagiários para contabilista certificado</b>		
Taxas de admissão e dispensa de estágio	1.025.167	20.000
Taxas de emissão de declarações	10.000	87.500
	<b>1.035.167</b>	<b>107.500</b>
<b>Outras Taxas e emolumentos</b>		
Taxas de emissão de cédulas profissionais	13.250	61.000
Taxas de emissão de certidões e declarações	10.000	23.000
	<b>23.250</b>	<b>84.000</b>
Propinas de formação	2.158.347	16.232.823
Publicidade institucional	0	0
	<b>2.158.347</b>	<b>16.232.823</b>
Descontos e abatimentos	<b>(35.850)</b>	<b>(153.250)</b>
Devolução de prestações de serviços	<b>(216.000)</b>	<b>(109.750)</b>
<b>Total</b>	<b>13.292.914</b>	<b>24.529.073</b>

## NOTA Nº 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O detalhe do valor escriturado na rubrica subsídios à exploração é o seguinte:

	2013	2012
Verba OGE comparticipação serviço público prestado	2.450.000	2.450.000
Outros patrocínios (i)	361.750	342.000
	<b>2.811.750</b>	<b>2.792.000</b>

(i) O valor escriturado na rubrica outros patrocínios refere-se aos vários patrocínios oferecidos à Ordem por entidades nacionais para atribuição do prémio OPACC aos melhores alunos.

## **NOTA Nº 17 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS**

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecimento e serviços externos é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Água	64.792	39.713
Electricidade	231.577	116.112
Combustíveis e outros fluidos	5.000	22.400
Conservação e reparação	93.480	127.506
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12.705	5.297
Material de escritório	121.959	151.340
Publicidade e propaganda (i)	750.261	186.011
Livros e documentação técnica	0	20.978
Limpeza, higiene e conforto	32.757	26.548
Coffee break nas ações de formação	130.850	1.221.370
Rendas e alugueres de instalações (ii)	808.000	1.590.465
Despesas de representação	0	50.580
Despesas com reuniões	88.604	20.480
Comunicação	273.097	296.540
Seguros	10.751	11.503
Vigilância e segurança	4.543	3.200
Serviços de informática	141.800	136.800
Transporte de inventários e materiais diversos	13.928	21.110
Despesas de condomínio	63.800	0
Deslocações e estadas (iii)	588.991	3.148.143
Honorários (iv)	479.150	293.750
Contenciosos e notariados	5.630	2.650
Serviços bancários	222.957	92.245
Serviços referentes a Web Site	148.652	145.348
Serviços de leccionação das ações de formação	484.950	5.490.270
Serviços de consultoria	0	297.716
Serviços de emissão de cédulas profissionais	62.963	58.650
Equipamentos de baixo valor	18.990	5.600
Artigos para oferta	28.000	0
Outros fornecimentos e serviços	165.337	133.600
	<b>5.052.724</b>	<b>13.715.925</b>

(i) O valor inscrito na conta publicidade se refere a publicações de regulamentos em jornais, boletim oficiais.

(ii) O valor inscrito na conta rendas e alugueres refere-se ao arrendamento do escritório da CRB, no valor de 462.000; oito meses de arrendamento da instalação ocupado pelo Secretário-geral da OPACC, no valor de 296.000; e aluguer de viaturas, no valor de 50.000.

(ii) O valor inscrito na conta de deslocações e estadas refere-se a gastos com deslocações, alojamento e refeições dos membros do Conselho Directivo, deslocação do Secretário-geral e também dos membros dos órgãos sociais para participação em reuniões.

(iv) O valor inscrito na rubrica honorários refere-se no essencial aos gastos com serviços de contabilidade e aos serviços de auditoria as contas do exercício de 2013.

## **NOTA Nº 18—GASTOS COM O PESSOAL**

O detalhe do valor escriturado da rubrica gastos com o pessoal é apresentado a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Salários e ordenados do pessoal	2.239.020	1.129.800
Subsídios de habitação	0	120.000
Prémios e incentivos	85.000	203.150
Conversão de férias	78.350	53.561
Subsídios de refeições	368.000	140.000
Subsídios de isenção de horário	159.250	85.750
Subsídio utilização viatura	90.000	0
Encargos sobre remunerações	231.816	201.684
Seguros obrigatórios acidente trabalho	8.756	6.708
Gastos de acção social	24.333	0
Transporte de pessoal	128.000	111.600
Formação	37.500	36.500
	<b>3.450.025</b>	<b>2.088.753</b>

O aumento de gastos com pessoal, em 2013, refere-se à contratação de um jurista, a partir do mês de Março, do Secretário-geral, a partir do mês de Maio, e de uma auxiliar de serviços para a Academia da OPACC, a partir do mês de Outubro.

## **NOTA Nº 19—IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER**

O detalhe do valor escriturado da rubrica imparidades de dívidas a receber é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Clientes - Associados auditores certificados	281.000	122.000
Clientes – Associados contabilistas certificados	5.601.056	3.710.000
Clientes – Sociedades de contabilistas certificados	296.000	250.000
Outros devedores	150.000	150.000
Reversão de imparidade	(4.232.000)	(3.191.604)
	<b>2.096.056</b>	<b>1.040.396</b>

As imparidades de dívidas a receber derivam da aplicação da política da OPACC de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos dos clientes-associados, sociedades e estagiários, com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a suas dívidas, até o final do sexto mês.

## NOTA Nº 20 – OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros rendimentos é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Rendimentos suplementares (i)	107.250	0
Quotas contabilista certificado de 2010/11	0	529.600
Outros (ii)	554.689	2
	<b>661.939</b>	<b>529.602</b>

(i) Os rendimentos suplementares referem-se a cedência de sala, da academia da OPACC.

(i) O valor contabilizado na rubrica outros, refere-se, no fundamental, a desreconhecimento da dívida da OPACC aos sócios que efectuaram pagamento em duplicado efectuado à Comissão Instaladora das taxas de inscrição durante a transição dos técnicos de conta inscritos na DGCI para a OPACC, e parte desta diz respeito a regularizações efectuadas na conta corrente de alguns associados cujo quota foi anteriormente gerado a 100%.

## NOTA Nº 21 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros gastos e perdas é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Impostos	94.102	19.059
Outros Gastos (i)	103.824	253.871
	<b>197.926</b>	<b>272.930</b>

(i) O valor contabilizado na rubrica outros gastos refere-se aos gastos com imposto de selo, taxas, e pequenas correcções efectuadas no exercício.

## NOTA Nº 22 – JUROS E GANHOS SIMILARES

O detalhe do valor escriturado da rubrica juros e ganhos similares é o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros de aplicações obtidos	65.096	0
	<b>65.096</b>	<b>0</b>

Refere-se a juros de aplicação em depósito a prazo do montante de 3.000.000, durante seis meses, em 2013, a uma taxa de 5,5%.

## NOTA Nº 23 – JUROS E PERDAS SIMILARES

O detalhe do valor escriturado da rubrica juros e perdas similares é apresentado a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros de financiamentos obtidos	721.983	365.160
Outras perdas de financiamento	3.994	120.000
	<b>725.977</b>	<b>485.160</b>

## NOTA Nº 24 – RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O detalhe do valor escriturado da rubrica resultado líquido do período é apresentado no quadro seguinte:

	2013	2012
Rendimentos do período	21.063.699	31.042.279
Gastos do período	(17.681.059)	(22.049.328)
	<b>3.382.640</b>	<b>8.992.951</b>

## NOTA Nº 25 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os movimentos efectuados no exercício são os seguintes:

### ACRÉSCIMO DE GASTOS

Tipo movimentos	Contas	Valor	Observação
Débito	6321	222.560	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Débito	63291	32.000	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Débito	63294	12.250	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Débito	6323	10.000	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Débito	6351	23.711	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Crédito	2761	300.521	Férias vencidas e não gozadas em 2013
Débito	62352	150.000	Serviço de auditoria às contas de 2013
Crédito	2622	150.000	Credores por acréscimos de gastos
Débito	62331	140.000	Ref. a deslocação do SG da OPACC
Crédito	2622	140.000	Credores por acréscimos de gastos
Débito	6219	3.079	Ref. artigos diversos Dez-13 CRB
Débito	6211	1.154	Ref. a água Dez-13 CRB
Débito	6212	8.339	Ref. a electricidade Nov/Dez-13 CRB
Débito	6887	60.000	Prémio OPACC
Crédito	2622	72.572	Credores por acréscimos de gastos
<b>Total dos acréscimos de gastos</b>		<b>663.093</b>	

O detalhe do valor escriturado da rubrica acréscimo de férias, refere-se a obrigação da Ordem no que respeita a férias vencidas e não gozadas de 2013 dos funcionários da OPACC, e o valor na conta acréscimo de gasto refere-se a gastos com serviços auditoria as contas do exercício de 2013, gastos com deslocação do SG e outros gastos de fundo maneo CRB, referente ao mês de Dezembro de 2013.

## NOTA Nº 26 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS

### NOUTRAS NOTAS

Não são esperados quaisquer passivos significativos decorrentes de passivos contingentes.



**NOTA Nº 27 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Não foi identificada nenhuma.

**NOTA Nº 28- OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS**

Não foi identificada nenhuma.

Praia, 13 de Março de 2014

O Presidente do Conselho Directivo



Dr. João Marcos Alves Mendes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional nº 4

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

---

Aos Associados da  
OPACC – Ordem Profissional de Auditores  
e Contabilistas Certificados

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

### **Introdução**

1 Auditámos as Demonstrações Financeiras da OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (adiante designada por OPACC) referentes ao exercício de 2013, compreendendo o Balanço (que evidencia um total de 34.972.183 Escudos e um total de património de 17.762.117 Escudos, incluindo um resultado líquido positivo de 3.382.640 Escudos), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidade do Conselho Directivo pelas Demonstrações Financeiras**

2 O Conselho Directivo é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

3 A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos os requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho Directivo, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

---

5 Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

### **Opinião**

6 Em nossa opinião, as demonstrações apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira da OPACC em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde.

Praia, 24 de Março de 2014



---

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes  
Auditor Certificado - Cédula Profissional n.º 31

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

---

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Aos Associados da OPACC-

Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

Praia

1. Em conformidade com a Legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter á vossa apreciação, o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da OPACC, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as quais são da responsabilidade do Conselho Directivo.
2. Examinamos o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, bem como o Relatório do Conselho Directivo da OPACC para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, consultamos o Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras da OPACC.
3. É nossa convicção que os citados documentos, traduzem nos aspectos materialmente relevantes, a situação patrimonial da OPACC de forma verdadeira e apropriada.
4. Face ao exposto, é parecer do Conselho Fiscal:  
  
Que sejam aprovados o Relatório e as Contas do Exercício de 2013, apresentadas pelo Conselho Directivo.

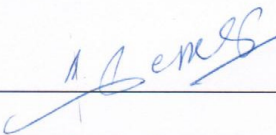
---

Cidade da Praia, 08 de Abril de 2014.

O CONSELHO FISCAL

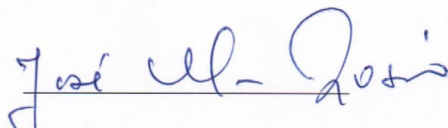


Jenny Palmira Oliveira Vera-Cruz



Armando Ferreira Querido Semedo



  
José Maria Santos do Rosário